

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.123 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2000

## Aprovado projeto que define crimes contra a Previdência

Sonegação e apropriação indébita de contribuições, inserção de dados falsos no sistema informatizado da instituição, violação desse sistema ou o acesso não autorizado a ele, bem como a falsificação de documentos, são alguns dos delitos tipificados na proposta que será enviada à sanção do presidente da República

PÁGINA 3

**SENADO ACEITA OS NOMBES INDICADOS PARA INTEGRAR O CADE**

PÁGINA 3

**ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÃO COMPENSADOS POR PERDAS DA LEI KANDIR**

PÁGINA 3



Anísio Teixeira é homenageado no centenário

PÁGINAS 10 E 11

**PROGRAMAS DE MELHORIA DA POLÍCIA FEDERAL GANHAM EMPRÉSTIMOS**

PÁGINA 4



Dom Paulo Evaristo Arns, o humorista Chico Anísio e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, estão entre os homenageados com o lançamento de um encarte pela revista *Inside Brasil*, em solenidade realizada ontem. Denominado *20 Brasileiros Vencedores do Século 20*, o encarte aponta personalidades que se destacaram em diversos campos de atividade, e inclui nomes como Pelé e Oscar Niemeyer.

PÁGINA 9

**PLENÁRIO VOTA EM SESSÃO SECRETA O PROCESSO CONTRA LUIZ ESTEVÃO**

O projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que prevê a perda do mandato do senador Luiz Estevão será votado hoje, em sessão secreta marcada para as 10h.

PÁGINA 5

**Desempenho fiscal terá US\$ 505 milhões do Bird**

PÁGINA 7



Presidida por Ney Suassuna, a CAE autorizou empréstimo junto ao Banco Mundial para melhorar desempenho fiscal de estados e municípios

**Novo prazo para liberação de preços de combustíveis**

PÁGINA 6



Osmar Dias e Heloísa Helena na reunião da CAS que acolheu a prorrogação do prazo de transição entre regime de monopólio e o de livre mercado nos combustíveis

# Microempresa pode ter acesso a juizado especial

O parecer do senador Amir Lando ao projeto que garante o benefício foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) sobre projeto de lei que abre os juzados de pequenas causas (juizados especiais cíveis) a microempresas. Originário da Câmara dos Deputados, o projeto recebeu emendas, entre elas a que excluiu do rol de novos beneficiários os condomínios e as entidades beneficentes e assistenciais.

De acordo com Lando, estender a essas instituições o atendimento dos juzados sobrecarregaria o sistema, prejudicando o atendimento ao cidadão comum, que necessita de rapidez na prestação da Justiça. A inclusão da microempresa foi justificada pelo relator como forma de o Estado apoiar o setor.

Outra matéria aprovada pela comissão, com modificações, foi proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A emenda prevê que os municípios poderão constituir guardas municipais responsáveis pela proteção de bens, serviços, instalações e logradouros públicos, podendo executar, por meio

de convênios com os estados, serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

Por sugestão dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Artur da Távola (PSDB-RJ), foi suprimido do texto da emenda o policiamento ostensivo e preventivo, além de eventuais convênios, que deverão ser referidos em lei federal. A nova redação acrescenta ao rol de atividades das guardas municipais a proteção à população. As mudanças contaram com o apoio de Tuma e do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Também foi aprovada pela comissão PEC de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que atribui ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros. Segundo Requião, a proposta é um dos muitos frutos dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios.

A CCJ aprovou ainda projeto de lei do senador Requião que acaba com o jogo do bingo em todo o território nacional, por meio da revogação de vários artigos da Lei nº 9.615 (Lei Pelé). De acordo com Requião, o projeto deve seguir adiante, uma vez que o presidente Fernando Henrique Cardoso não acabou com o bingo desportivo, como havia prometido.



Amir Lando lê seu relatório ao projeto que amplia o rol das entidades com acesso aos juzados de pequenas causas

gar os crimes financeiros. Segundo Requião, a proposta é um dos muitos frutos dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios.

A CCJ aprovou ainda projeto de lei do senador Requião que acaba com o jogo do bingo em todo o território nacional, por meio da revogação de vários artigos da Lei nº 9.615 (Lei Pelé). De acordo com Requião, o projeto deve seguir adiante, uma vez que o presidente Fernando Henrique Cardoso não acabou com o bingo desportivo, como havia prometido.

## CAE analisa hoje o programa de interação universidade-empresa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 9h, para examinar projeto que institui o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para apoio à Inovação. A proposta consiste em estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. A matéria tem pare-

cer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Deve também ser analisado pela CAE ofício do Banco Central que encaminha pedido da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) para contratar operação de crédito externo, na modalidade de importação financiada, no valor de US\$ 8,33 milhões junto ao M.L.W. Intermed Handels und Consultinggesellschaft. Os recursos se destinam ao Projeto de

Reequipamento da Unesp – Fase I.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), deverá apreciar mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para elevar o limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,33 bilhões, destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total. R\$ 2,22 bilhões seriam contratados no corrente exercício; e R\$ 1,11 bilhão em 2001.



### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2000

Presidente

Antonio Carlos Magalhães

10h – Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal

15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Brasil 500



PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: apreciação do Projeto de Resolução nº 66/2000, que decreta a perda de mandato do senador Luiz Estevão.

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Transitorias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 275/99, que renova a concessão da Fundação Cultural Riograndense para explorar rádio OM em Caxias do Sul (RS); PDL nº 287/99, que outorga permissão à Fundação Champagnat para explorar rádio FM em Curitiba (PR); PDL nº 90/2000, que outorga permissão à Rádio Paraguaçu Paulista FM (SP); e PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do artigo 72 das Disposições Transitorias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal).

19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação dos vetos presidenciais. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Ofício 46/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), para contratar operação de crédito externo na modalidade Importação Financiada, no valor de US\$ 8,3 milhões, equivalente a R\$ 16 milhões, junto ao M.L.W. Intermed Handels und Consultinggesellschaft, destinados ao Projeto Reequipamento da Unesp – Fase I, envolvendo a concessão de garantia do governo do estado de São Paulo; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o apoio à Inovação; e Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em R\$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998; Requerimentos nºs 3/2000, do deputado João Coser, e 4/2000, do deputado Virgílio Guimarães; relatório às emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo que aprova as contas do governo federal de 1997; Requerimentos nºs 9/2000, do deputado Virgílio Guimarães, e 10/2000, do deputado José Priante; atas da primeira e segunda reuniões de audiência pública; parecer do deputado José Priante sobre a liberação parcial da execução dos créditos orçamentários constantes do Quadro III – Subtítulos cuja execução é vedada nos termos do art. 5º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.969/2000; pareceres sobre autorização de execução orçamentária; parecer apresentado à Mensagem nº 413/2000-CN, que encaminha o relatório de avaliação do cumprimento das metas referentes ao mês de março último, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário do governo central; e apreciação do relatório apresentado ao PL nº 1/2000 – CN, LDO/2001, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2001. Plenário 2 – Anexo II da Câmara dos Deputados

ESPECIAL

9h às 18h – Debate sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), evento promovido pelos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente. Auditório Petrólio Portella

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: À espera de um milagre, de Frank Darabont. Auditório Petrólio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Transitorias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 157/99, que renova a concessão da Rádio Araguaia OC de Goiânia (GO); PDL nº 177/99, que renova a concessão da Rádio Difusora OM de Itapetininga (SP); e Requerimento nº 297/2000, da senadora Maria do Carmo e outros senadores, solicitando o sobrestamento do PLS nº 492/99.

Sexta-feira

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 48/98, que renova a concessão da Rádio Difusora OM de São Sebastião do Paraíso (MG); PDL nº 234/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda FM de Sorocaba (SP); PDL nº 277/99, que outorga a permissão à Fundação Mãe de Deus para explorar rádio FM em Caxias do Sul (RS); PDL nº 7/2000, que autoriza a prefeitura municipal a explorar rádio FM em Icapuí (CE); e PLS nº 263/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

COMISSÃO

Quinta-feira

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: entre outros itens, análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998. Plenário 2 – Anexo II da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Antecipação de royalties de petróleo terá restrições

Estados e municípios com direito a receber royalties, participações e compensações financeiras em razão da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos e minerais só poderão antecipar essas receitas relativas ao período do mandato de seus governantes, conforme projeto de resolução do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado ontem pelo Plenário. As antecipações só serão permitidas para aplicação exclusiva na capitalização dos fundos de previdência de estados e municípios. A matéria, que modifica a Resolução nº 78 do Senado, ainda deverá ser votada em turno suplementar, marcado para amanhã.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Osmar Dias (PSDB-PR). Três emendas foram apresentadas em Plenário ao substitutivo, duas encabeçadas pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e uma por José Eduardo Dutra (PT-SE). Por acordo entre as lideranças partidárias, o relator solicitou 24 horas para emitir parecer.

Segundo Valadares, o substitutivo resultou de entendimento entre ele, autor, o relator e as lideranças dos partidos governistas, tendo à frente o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Só Ricardo Santos discordou tanto do projeto inicial quanto do substitutivo, afirmou ele. Ainda segundo o senador, acertou-se que os atuais governadores e prefeitos só terão acesso a antecipações relativas a períodos que ultrapassem os atuais mandatos executivos se houver "a devida e competente autorização do Senado".

O projeto de resolução, nas palavras de seu autor, evitará o comprometimento de recursos a serem arrecadados por administrações futuras, expediente de que se valeu o estado do Paraná, com aprovação do Banco Central.

Ricardo Santos disse que as duas emendas que apresentou são "absolutamente necessárias para utilizar de maneira criteriosa, inclusive com participação do Ministério da Previdência, esses direitos futuros para capitalização dos fundos de pensão". Para alguns estados, disse, essa é a única maneira de efetivar um ajuste das contas públicas.

# Vai a sanção projeto que tipifica os crimes contra a Previdência Social

Pelo texto aprovado ontem pelos senadores, quem se apropriar indevidamente de contribuições ou registrar dados falsos estará sujeito a multa e a até 12 anos de prisão

O Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do governo que introduz no Código Penal as condutas que tipificam crimes contra a Previdência Social. A proposta segue agora para sanção presidencial. Estão entre os novos delitos a apropriação indébita de contribuições, a inserção de dados falsos no sistema informatizado da Previdência, a violação desse sistema, a sonegação de contribuição, a falsificação de documento e o acesso não autorizado ao sistema de informações da Previdência.

A partir da entrada da lei em vigor, a apropriação indébita de contribuições recolhidas dos contribuintes será punida com reclusão de dois a cinco anos. A inserção de dados falsos no sistema da Previdência, ou a exclusão de dados corretos, será punida com dois a 12 anos de reclusão. Para quem alterar o sistema de informações sem autorização ou solicitação da autoridade competente,



Bello Parga (acima) diz que a deliberação permitirá enfrentar a ação da chamada "máfia da Previdência"

a pena será de três meses a dois anos de detenção. A todas essas penas se acrescentam multas.

O projeto cria o delito de "apropriação indébita previdenciária", que consiste em deixar de repassar à Previdência contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e na forma legal. Está prevista, contudo, a extinção da punibilidade, se o agente espontaneamente declarar, confessar e efetuar o pagamento das contribuições, prestando as informações devidas, antes de iniciada a ação fiscal.



## Estados e municípios prejudicados pela Lei Kandir terão compensação

Os senadores também aprovaram ontem projeto, de iniciativa do governo, que altera a Lei Kandir estabelecendo um "seguro-receita" para os estados e municípios que têm sua base econômica fortemente destinada à exportação. O projeto se ampara no entendimento de que essas unidades da Federação foram prejudicadas com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos destinados ao mercado externo, conforme determina a Lei Kandir.

Aprovada com 61 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, a matéria vai agora a sanção presidencial. O texto determina que os valores a serem entregues pela União aos estados e municípios, nos anos de 2000, 2001 e 2002, não mais obedecerão aos percentuais estabelecidos pela Lei Kandir, mas passarão a ser fixos: R\$ 3,984 bilhões este ano; R\$ 3,148 bilhões ano que vem; e igual quantia em 2002.

Esses valores serão corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Dis-



O senador José Alencar criticou a pressa na aprovação do projeto que altera a Lei Kandir

ponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. O projeto estabelece ainda que o ICMS cobrado das mercadorias destinadas ao ativo permanente das empresas poderá ser transformado em crédito e descontado em 48 meses. No texto em vigor, esse crédito pode ser descontado em um único mês.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador José Alencar (PMDB-MG) lastimou, em Plenário, que suas emendas não tenham sido acatadas. A

primeira pretendia extinguir a proposta de se dividir o crédito de ICMS decorrente da aquisição de bens para o ativo permanente em 48 meses. A segunda concedia o crédito de ICMS para todo o consumo de energia elétrica e de telecomunicações da empresa. A terceira emenda determinava que o saldo de crédito de ICMS por parte das empresas deveria ser compensado em, no máximo, um ano, e não a critério da autoridade fazendária.

José Alencar observou que o presidente da República provavelmente não tem conhecimento dos detalhes desse projeto. Alegando que os tempos pedem a desburocratização da vida das empresas, ele afirmou que a iniciativa desrespeita o empreendedor que deseja produzir. "Defender o interesse da empresa não é necessariamente defender o interesse do empresário. O empresário é transitório. O importante é a empresa", observou José Alencar, lamentando que um projeto desses seja decidido com tanta pressa. E anunciou seu voto contra.

## João Grandino será o novo presidente do Cade

As indicações do presidente da República para cargos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. Com 59 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, foi acatado o nome de João Grandino para o cargo de presidente do Cade. Também foram aprovadas as indicações de Thompson de Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Melo Franco Neto para exercerem mandato de dois anos como conselheiros do órgão. O Senado fará a comunicação do resultado ao presidente da República.

## Renovadas concessões de emissoras de rádio

O Plenário aprovou ainda quatro projetos de decreto legislativo (PDL) que renovam permissões e concessões para a exploração de serviços de rádio em frequência modulada (FM) e ondas médias (OM). As matérias serão promulgadas pela presidência do Senado. As rádios que obtiveram renovação de permissão são a FM Studio 96, de Curitiba (PR) e a Rádio Cidade de Campinas (SP). Obtiveram renovação de concessão a Emissora Centro-Oeste, na cidade de Cruz Alta (RS), e Gonçalves & Marchetti, em Primavera do Leste (MT).

# Autorizados empréstimos para projetos da Polícia Federal

Relator das duas operações de crédito afirma que recursos permitirão criar unidades operacionais da PF em áreas críticas

A União foi autorizada ontem pelo Plenário do Senado a realizar duas operações de crédito externo no valor total de US\$ 425,29 milhões, destinadas a financiar a aquisição de bens e serviços para os projetos de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal (Promotec) e Pró-Amazônia (também gerido pela Polícia Federal).

Metade do valor total (US\$ 212,64 milhões) será emprestada por consórcio francês liderado pelo Banque Nationale de Paris (BNP), enquanto os outros 50% da operação serão financiados pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Os dois pareceres favoráveis aos projetos foram emitidos, respectivamente, pelos senadores Gilberto Mestrinho

(PMDB-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR).

Em resposta a questionamento feito pela líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), Mestrinho assegurou que o Tribunal de Contas da União (TCU), em atendimento a solicitação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), emitiu parecer e uma resolução analisando o contrato do acordo com as normas válidas para contratos internacionais e se comprometeu a fazer um acompanhamento *a posteriori* do processo de aquisição dos equipamentos e serviços importados pela Polícia Federal.

Segundo a senadora, que se absteve de votar afirmando que os equipamentos eram questão de segurança, não foi fornecida uma listagem deles, nem de seus respectivos preços, para que os par-

lamentares verificassem se as condições oferecidas pelas empresas Sofremi (Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços) e Atech (Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas) eram mesmo as mais vantajosas, a ponto de justificar dispensa de licitação.

## OBJETIVOS

Conforme Jucá salientou em seu parecer, o Pró-Amazônia tem por objetivo garantir a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, enquanto o Promotec viabilizará "uma atuação global e permanente da Polícia Federal nas regiões do território nacional não abrangidas pelo Pró-Amazônia". Ambos os projetos fortalecerão as atuais unidades da instituição, além de fixar novas unidades operacionais em áreas críticas.

## Senado volta a discutir emenda que destina recursos mínimos à saúde

O Plenário do Senado volta a discutir hoje proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos a serem aplicados pelo país em saúde pública. A idéia é aumentar, mediante a aprovação de uma lei complementar, o volume de recursos aplicados no setor pela União, estados e municípios.

O texto deverá ser votado amanhã, em primeiro turno. Se aprovado, será submetido ainda a segundo turno de votações. A matéria teve como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Até a aprovação da lei que defini-



Valadares relatou a matéria na Comissão de Justiça do Senado

rá esses percentuais, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União será obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior, corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Já os estados e o Distrito Federal terão de aplicar em saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis. Quanto aos municípios e o Distrito Federal, deverão aplicar em saúde 15% dos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

(IPTU), Serviços (ISS) e Transmissão Inter Vivos.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) já alertou o Plenário para o fato de que, ao votar essa emenda, o Senado poderá estar aumentando o IPTU em alguns municípios. Isso porque a proposta estabelece que, sem prejuízo da progressividade no tempo, o IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, podendo também ter alíquotas diferentes em razão da localização e uso. Com isso, os municípios poderão aumentar o IPTU para aplicar dinheiro em serviços de saúde.

Na mesma sessão, o Senado delibera sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão das seguintes emissoras: Fundação Cultural Riograndense, de Caxias do Sul (RS); Fundação Champagnat, de Curitiba (PR); e Rádio Paraguaçu Paulista, de Paraguaçu Paulista (SP).

## Valadares critica demora na apreciação da proposta

No terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos para serem aplicados em serviços públicos de saúde, o senador Antonio Carlos Valadares lamentou que a iniciativa venha "se arras-

tando" há mais de sete anos no Congresso Nacional.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou que essa matéria tramita há apenas seis meses na Casa. A iniciativa aumentará os recursos que o

Brasil aplica em saúde. Valadares entende que essa é uma medida que, a curto prazo, deverá assegurar maior disponibilidade de atendimento e de leitos hospitalares para enfrentar a carência desse serviço público no Brasil.



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2000. Presidente da República. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e dá outras providências (mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social).

**Resultado:** Aprovado, com as correções redacionais propostas no adendo do relator ao parecer. À sanção.

2

Projeto de Resolução nº 25, de 2000. Senador Antonio Carlos Valadares. Acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências".

**Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CAE (substitutivo). Fica prejudicado o projeto. Discussão do substitutivo, em turno suplementar. Apresentadas as emendas nºs 1 a 3-Plen. O relator, senador Osmar Dias, solicita o prazo de 24 horas para a apresentação do parecer sobre as emendas. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

3

Projeto de Resolução nº 64, de 2000. CAE. Autoriza o Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de US\$ 212,645.000,00, junto ao Banque Nationale de Paris (BNP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Resolução nº 65, de 2000. CAE. Autoriza a União a contratar operações de crédito externo, nos valores de US\$ 167.998.250,00 e US\$ 44.646.750,00, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinadas, a primeira, ao financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a 15% da respectiva aquisição, bem como dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

5

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

**Resultado:** Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1996. Renova a permissão outorgada à FM Stúdio 96, de Curitiba (PR).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Cidade, de Campinas (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 1999. Renova a concessão da Emissora Centro-Oeste OM Ltda., de Cruz Alta (RS).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

9

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2000. Outorga concessão à Gonçalves e Marchetti Ltda. para explorar rádio OM em Primavera do Leste (MT).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

10

Requerimento nº 316, de 2000. Senador José Fogaça. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 55 e 581, de 1999 — Complementares, por regularem a mesma matéria.

**Resultado:** Aprovado. Os PLS nºs 55 e 581, de 1999 — Complementares, passam a tramitar em conjunto e vão à CCJ e CAE.

11

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2000 — Complementar. Presidente da República. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 03 Abst.: 01 Total: 65. À sanção.

12

Parecer nº 670, de 2000. Presidente da República. Submete à apreciação do Senado o nome de João Grandino Rodas para exercer o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 59 Não: 03 Abst.: 01 Total: 63. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

13

Parecer nº 671, de 2000. Presidente da República. Submete à apreciação do Senado o nome de Thompson Almeida Andrade para exercer o cargo de conselheiro do Cade, com mandato de dois anos.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 52 Não: 04 Abst.: 04 Total: 60. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

14

Parecer nº 672, de 2000. Presidente da República. Submete à apreciação do Senado o nome de Celso Fernandes Campilongo para exercer o cargo de conselheiro do Cade, com mandato de dois anos.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 54 Não: 04 Abst.: 04 Total: 62. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

15

Parecer nº 673, de 2000. Presidente da República. Submete à apreciação do Senado o nome de Afonso Ayrinos de Mello Franco Neto para exercer o cargo de conselheiro do Cade, com mandato de dois anos.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 57 Não: 04 Abst.: 04 Total: 65. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Plenário vota hoje pedido de cassação de Estevão

Sessão, que será aberta por Antonio Carlos Magalhães, terá pronunciamento dos relatores do processo no Conselho de Ética e na CCJ, defesa do parlamentar brasileiro e discussão do mérito por parte de cada um dos senadores

Em sessão secreta, marcada para hoje, às 10h, o Plenário do Senado votará o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que prevê a perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra do decoro parlamentar.

Aberta a sessão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, passará a palavra aos relatores do processo contra Estevão no Conselho de Ética, senador Jefferson Péres (PDT-AM), e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (PFL-SP), pelo prazo de 50 minutos. Em seguida, a defesa de Estevão terá o mesmo prazo, que poderá ser dividido entre o próprio senador e seus advogados, Felipe Amodéo e Rogério Marcolini.

A partir daí, Antonio Carlos abrirá a discussão, quando cada senador terá direito a dez minutos

para discutir o mérito do parecer do Conselho de Ética. Os relatores e a defesa terão prazo para suas considerações finais.

A votação será feita no painel eletrônico sem a identificação dos votantes. O presidente do Senado e Estevão não votam. O senador só será cassado se 41 parlamentares votarem favoravelmente ao projeto de resolução do Conselho de Ética.

Como consequência da eventual perda do mandato, Estevão poderá ficar inelegível por oito anos, contados a partir de 2006, último ano do mandato para o qual foi eleito. Caso o projeto de resolução não obtenha os votos necessários à sua aprovação, Estevão será absolvido e poderá desempenhar o mandato para o qual foi eleito até



Luiz Estevão vai dispor de prazo inicial de 50 minutos para sua defesa

o final, gozando de todas as suas prerrogativas, como a imunidade parlamentar.

## ACM descarta adiamento

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem de manhã que o Plenário da Casa irá votar hoje o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que prevê a cassação do mandato do senador Luiz Estevão. O projeto de resolução tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A sessão, que será secreta, terá início às 10 horas.

Antonio Carlos descartou qualquer possibilidade de adiamento da sessão, independentemente dos novos documentos que a imprensa vem divulgando sobre relações do parlamentar com a construtora responsável pela obra superfaturada do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Apesar de pessoalmente ser contra o caráter secreto de toda a sessão, dizendo que "apenas a votação deveria ser secreta", Antonio Carlos observou que o procedimento é regimental e será cumprido para "evitar qualquer dúvida em matéria de regi-

mento e nulidades". Os advogados do senador Luiz Estevão poderão participar de parte da sessão, durante o tempo destinado à defesa. Esse tempo poderá ser usado pelo parlamentar e pelos advogados, mas no conjunto as intervenções não poderão exceder 50 minutos.

De acordo com Antonio Carlos Magalhães, além da defesa também deverão se pronunciar os relatores da matéria no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Jefferson Péres, e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma. Em seguida, cada senador poderá falar por dez minutos.

Para que o mandato do senador Luiz Estevão seja cassado, o projeto de resolução que recomenda sua cassação terá que ser aprovado com um mínimo de 41 votos. Antonio Carlos preferiu não fazer qualquer prognóstico, ressaltando que seria "leviano" tentar antecipar o resultado da votação.



Tebet, entre Heloísa Helena e Juvêncio da Fonseca, deu conhecimento ao Conselho de Ética do ofício encaminhado por Luiz Otávio

## Luiz Otávio contesta denúncia e pede arquivamento de processo

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) encaminhou ofício ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar negando que tenha participado de qualquer irregularidade relacionada com o suposto desvio de verbas públicas para negócios particulares. A afirmação está num documento pontuado em 29 explicações, encaminhado ao conselho e lido por seu presidente, senador Ramez Tabet (PMDB-MS), durante reunião realizada ontem de manhã.

A reunião, que não contou com a presença de Luiz Otávio, foi convocada para ouvir a defesa do senador sobre denúncia oferecida pelo sargento Abílio Teixeira, residente em Brasília. O denunciante alega que o senador teria sido o responsável, quando gerente da empresa Ebal Rodomar, em 1992, no Pará, pela negociação de um empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 13 milhões para a construção de 13 balsas que, ainda segundo Teixeira, não chegaram a ser construídas.

No documento, Luiz Otávio considera como "denúncia caluniosa" a atitude de Abílio Teixeira, apontando como grave falha o fato de ele se basear apenas em matérias jornalísticas. O senador também destaca que todas as ações, supostamente imputadas a ele, são referentes a situações anteriores à posse para o exercício do mandato de senador e, portanto, não estariam, conforme acentuou, incidindo na hipótese de quebra de decoro parlamentar.

O senador do Pará descreve em detalhes, no ofício encaminhado ao conselho, sua participação e os negócios que empreendeu no período citado, esclarecendo, a princípio, que nunca foi proprietário da

Ebal Rodomar e que apenas gerenciava a empresa, cujo dono era seu sogro e outros familiares. De acordo com o senador, a empresa obteve empréstimo, no ano de 1977, junto ao BNDES, à conta do Fundo de Marinha Mercante, para construção de seis balsas — o que de fato aconteceu —, sendo que o financiamento foi totalmente pago. Em outra ocasião, segundo o senador, a Rodomar solicitou empréstimo para a construção de mais 30 embarcações. Esta negociação, no entanto, apesar de regular, não foi finalizada por obstáculos administrativos.

No final do ano de 1991, informa Luiz Otávio, a empresa sofreu intervenção, "por motivos exclusivamente políticos", ordenada pelo então governador e hoje senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o que, segundo ele, inviabilizou economicamente a sobrevivência da Rodomar. Foi nessa época que a empresa solicitou um empréstimo ao Finame — que então financiava empresas ligadas ao transporte fluvial na Amazônia — para a construção de 11 balsas, de mil toneladas cada uma. Luiz Otávio disse que, naquele momento, em função da intervenção estadual, a empresa não estava conseguindo quitar ou renegociar suas dívidas junto ao Banco do Brasil. Como o dinheiro do Finame passava pelo banco, Luiz Otávio afirmou que o BB se utilizou dos recursos deste último financiamento para o pagamento dos débitos da Rodomar. Por causa disso, acrescenta, as embarcações não foram construídas.

Ao final do documento, o senador qualifica como "intervenção militar" a operação promovida por Jader e diz que o ato foi de "arbitrio raro" e só cessou quando Jader Barbalho deixou o governo do estado do Pará.

## Conselho quer ouvir o senador

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deverá ouvir o depoimento do senador Luiz Otávio em reunião a ser marcada para agosto. Apesar de ouvir e anexar ao processo as explicações escritas e encaminhadas ao conselho por Luiz Otávio, a relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL), requereu que ele compareça pessoalmente para esclarecer pontos que considerou "contraditórios".

A solicitação da senadora foi acolhida pelos demais membros do conselho e a data para exposição de Luiz Otávio será marcada pelo presidente da entidade, senador Ramez Tabet, que já anunciou a audiência para o mês de agosto. Ele também autorizou o requerimento feito pelo senador Jader Barbalho para que todos os autos do processo sejam copiados e distribuídos aos integrantes do colegiado,



Luiz Otávio

"como forma de garantir a ampla defesa do denunciado e o conhecimento integral da matéria pelos senadores que irão julgá-la".

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) solicitou à relatora que aponte os aspectos duvidosos do processo, para que eles sejam previamente conhecidos por Luiz Otávio e pelos integrantes do conselho. Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) considerou impróprio que Heloísa Helena anuncie previamente o que irá questionar, para evitar que o método investigativo seja prejudicado.

A senadora disse que não adiantaria as perguntas que pretende fazer ao denunciado. Lembrou também que não está baseando suas análises em matérias jornalísticas, mas "única e exclusivamente em inquérito concluído pela Polícia Federal do Pará que foi acolhido pelo Ministério Público e, posteriormente, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, que é o fórum autorizado a tratar de assuntos relacionados com o mandato de um senador da República".

# Liberação de preços de combustíveis pode ter mais prazo

CAE e CAS aprovam prorrogação da data prevista para que o atual regime de monopólio na comercialização de petróleo e derivados seja substituído pelo de livre mercado, pois a mudança depende da reforma tributária

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) acolheram ontem pareceres favoráveis a projeto de lei do Executivo, já aprovado na Câmara dos Deputados, que prorroga o prazo de transição entre o regime de monopólio e o de livre mercado na comercialização do petróleo. De acordo com o projeto, o período estabelecido pela Lei 9.478/97 será estendido até o final do ano de 2001, não mais se encerrando em 7 de

agosto próximo.

O relator na CAE, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), explicou que a falta de consenso em torno da reforma tributária tornou necessária a prorrogação. Segundo ele, "para que a liberação de preços do petróleo e de seus derivados funcione a contento, faz-se mister que a Parcela de Preços Específica (PPE) seja transformada em tributo, de modo a incidir, indistintamente, sobre o produto de origem nacional e so-

bre o importado livremente pelos agentes econômicos".

A PPE é um adicional cobrado pelas refinarias brasileiras na venda de gasolina e diesel às distribuidoras, explicou o senador. Sua função é amortecer oscilações bruscas de preço do petróleo importado e alterações cambiais. Segundo Sérgio Machado, a receita da PPE "tem sido utilizada para cobrir subsídios ao frete de derivados de petróleo e ao álcool".

## Controle do governo deve continuar até o final de 2001

Os preços da gasolina, dos derivados de petróleo, do gás natural e do álcool carburante vão continuar a ser controlados pelos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia até 31 de dezembro de 2001, de acordo com o projeto do Executivo aprovado ontem pelas comissões



Romero Jucá destacou a "atitude de prudência" representada pelo projeto

de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. A matéria ainda será apreciada pelo Plenário.

Para o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, senador Romero Jucá (PSDB-RR), o projeto tem por objetivo

manter uma atitude de prudência para que a liberação dos preços dos combustíveis não venha a prejudicar o país. Ele salientou que durante décadas vigorou o regime monopolista, com preços administrados pelo Estado, e que uma transição descontrolada poderia tumultuar o mercado, desorganizando a economia, principalmente no setor de transportes, "além de ser uma forte aliada para a volta da inflação".

Aprovado por unanimidade pela CAS, o texto altera também

a alíquota na fonte de produção, mas não aumenta, na prática, os preços dos combustíveis no varejo. Segundo o parecer de Romero Jucá, o governo encontrou uma maneira de aperfeiçoar o mecanismo de tributação sem majorar a carga tributária nem aumentar os preços dos combustíveis para os consumidores.

— Pela alteração proposta, desaparece, formalmente, o regime de substituição, obtendo-se o mesmo efeito pela multiplicação das alíquotas também nas refinarias (gasolina) e nas distribuidoras (álcool), em média na mesma proporção, enquanto se reduz a zero a alíquota na ponta do varejo — afirmou Romero Jucá.



A CAE, presidida por Suassuna, acatou parecer de Sérgio Machado favorável à prorrogação do período de transição

## CAE acolhe projetos de fortalecimento da pesquisa

Parecer favorável a projeto do Executivo estabelecendo a destinação de 10% das receitas obtidas nos contratos de cessão de direitos de uso de infra-estrutura rodoviária para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Relatado favoravelmente pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o projeto determina que os recursos devem ser aplica-

mentos e ações implementadas.

Através de emenda na Câmara dos Deputados, a proposta foi modificada a fim de que aumentassem de 10% para 30% os recursos para projetos desenvolvidos por instituições de pesquisas sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

ESPAÇO

Outro projeto do Executivo acolhido pela CAE institui o Programa de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico do Setor Espacial. A matéria, que já foi aprovada pela Câmara, tem parecer favorável do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), e será votada no Plenário do Senado.

Conforme a proposta, o programa será custeado pelas seguintes fontes: 25% das receitas do Fun-

## Aprovado incentivo à eficiência no setor elétrico

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável a projeto de lei do Executivo que determina a aplicação anual, pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia, de pelo menos 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Outros 0,25% deverão ser aplicados em programas de eficiência energética no uso final. Até o final de 2005, esses percentuais devem se igualar em 0,50%.

O relator na CAE, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentou voto favorável à matéria, já aprovada pela Câmara, e que agora será apreciada pelo Plenário do Senado. De acordo com o texto aprovado, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia deverão apli-

car 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

A metade dos recursos para pesquisa e desenvolvimento irá para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A outra metade irá para projetos de pesquisa e desenvolvimento de acordo com regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Câmara modificou o texto original, obrigando a destinação de 30% dos recursos a projetos desenvolvidos nas áreas de influência das superintendências de Desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

RECURSOS MINERAIS

Também foi aprovado pela CAE parecer favorável ao projeto do Exe-

cutivo que destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração mineral para o setor de ciência e tecnologia. Já aprovada na Câmara, a matéria — que teve voto favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) — será apreciada pelo Plenário do Senado.

A proposta restabelece a cobrança de multa e de juros de mora do minerador inadimplente no pagamento da compensação financeira. Determina também que os recursos de compensação financeira pela exploração mineral serão distribuídos da seguinte

forma: 23% para estados e Distrito Federal; 65% para municípios; 4% para o FNDCT; 8% para o Departamento Nacional de Produção Mineral. Da parte do FNDCT, 30% serão destinados a projetos nas áreas de influência das superintendências de Desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Paulo Souto



Carlos Bezerra destaca estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico

condições para enfrentar a concorrência mundial foi, segundo o relator, a principal motivação do governo para remeter a proposta ao Congresso. Bezerra também destaca que os recursos de que trata a matéria devem estar incluídos na proposta orçamentária anual do FNDCT. A proposição ainda estabelece que será constituído, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, comitê gestor para prestar apoio técnico, administrativo e financeiro sobre os investi-

do de Fiscalização das Telecomunicações provenientes da utilização de posições orbitais; 25% das receitas auferidas pela União provenientes de lançamentos de satélites e foguetes de sondagem em caráter comercial, a partir do território brasileiro; 25% das receitas auferidas pela União provenientes da comercialização dos meios de rastreamento, telemédias e controle de foguetes e satélites; e o total da receita auferida pela Agência Espacial Brasileira (AEB) decorrente da concessão de licenças e autorizações.

# CAE autoriza governo a realizar empréstimo de US\$ 505 milhões

Os recursos, do Banco Mundial, seriam liberados até o final deste ano para melhorar o desempenho fiscal de estados e municípios. O pedido deverá ser ainda aprovado pelo Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de resolução que autoriza a contratação, pelo Brasil, de empréstimo de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos seriam destinados a melhorar o desempenho fiscal de estados e municípios. O relator, senador Luiz



Luiz Otávio: o empréstimo contribuirá para um melhor desempenho fiscal

Otávio (sem partido-PA), apresentou voto favorável. A matéria será agora votada em Plenário.

De acordo com o relator, a operação "objetiva apoiar financeiramente o governo brasileiro na

implementação de medidas de caráter administrativo voltadas para um melhor desempenho fiscal nos diversos níveis da Federação". O parlamentar lembrou que os empréstimos do Banco Mundial são vinculados ao cumprimento de metas e ações governamentais. Ou seja, serão exigidas medidas para ajuste fiscal dos

estados, como o refinanciamento de dívidas, o acompanhamento do endividamento do setor público e incentivos para redução de despesas com pessoal.

Os recursos do empréstimo, se

aprovado, serão liberados até o final deste ano e deverão ser pagos em quatro parcelas semestrais consecutivas de US\$ 126,265 milhões, que seriam desembolsadas entre julho de 2003 e janeiro de 2005. Votaram contra o empréstimo os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## AVENIDA

Outro empréstimo aprovado ontem na reunião da CAE garante R\$ 94,887 milhões para a continuidade das obras de melhorias na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. O empréstimo deve ser contraído pela prefeitura da cidade junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A matéria teve voto favorável do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e ainda

será votada em Plenário.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que a Avenida Brasil é o único trecho de ligação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo ainda não concluído. Sua finalização, afirmou, mereceu a ingerência direta do presidente Fernando Henrique Cardoso para a concessão do empréstimo.

De acordo com a minuta do contrato, seriam liberados R\$ 20 milhões este ano, R\$ 30 milhões ano que vem, R\$ 37,6 milhões em 2002 e R\$ 7,4 milhões em 2003. O relator destacou "a elevada relevância social da operação de crédito", uma vez que se trata de "área de fundamental importância econômica e social para o Rio de Janeiro".

## Cronograma de estudos é apresentado por Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o cronograma de atividades do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Monetários Internacionais para os próximos 12 meses. Os temas a serem abordados pelo colegiado são a dolarização, regimes ou modelos cambiais, crises financeiras, conversibilidade, controles sobre movimentos de capitais e reforma da arquitetura financeira internacional. Integram o grupo os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).



Eduardo Suplicy

O cronograma prevê audiências públicas com integrantes do governo, como o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com estudiosos do assunto. Entre os especialistas brasileiros foram arrolados o deputado Delfim Netto (PPB-SP) e os economistas Fernão Bracher, Paulo Nogueira Batista Júnior e Luiz Gonzaga Belluzzo. Especialistas estrangeiros também serão convidados. De acordo com o ofício lido na comissão por Suplicy, o grupo pretende investigar o modelo ou regime cambial mais adequado aos países em desenvolvimento. Também se esses países devem apostar em uma reforma financeira internacional ou tomar medidas de autoproteção. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que a proposta do grupo de trabalho deverá ser aprovada na próxima reunião da comissão, que será realizada ainda esta semana.

## Instituição do Fust recebe o voto favorável de comissão

A redação aprovada pela Câmara dos Deputados para o projeto de lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que manteve, assim, sua decisão anterior sobre a matéria.

A proposta, que será agora votada em Plenário, estabelece que o fundo será financiado com a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e pelo preço público cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como condição para a transferência de concessão, permissão ou autorização de serviço. Os recursos serão geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As políticas, diretrizes gerais e prioridades para sua utilização serão determinadas pelo Ministério das Comunicações.

Entre as metas previstas pelo projeto estão o atendimento a localidades com menos de 100 habitantes e a antecipação de metas de atendimento àquelas com menos de 600 moradores.

Com a decisão da CAE, foram rejeitados o substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e as emendas apresentadas em Plenário. O relator na CAE, sena-

dor Lúcio Alcântara (PSDB-CE), havia apresentado à comissão novo substitutivo, com duas alterações em relação à proposta aprovada na CI, relatada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Intervenção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) mudou o rumo da votação.

Dutra afirmou que nenhuma matéria polêmica deverá ser aprovada neste ano no Congresso. Como as modificações impostas pelo Senado teriam de voltar ao exame dos deputados, a legislação proposta seria aprovada ano que vem, só vigorando em 2002 devido ao princípio da anualidade.

Dutra lembrou que o fundo deixou de recolher em 2000 cerca de R\$ 760 milhões do faturamento das companhias telefônicas. Se não for aprovado neste ano, alertou o senador, outros R\$ 380 milhões deixarão de ser recolhidos em 2001. Dutra sugeriu que os aperfeiçoamentos implementados pelo Senado sejam formulados em projeto a ser apresentado posteriormente. Sua proposta teve o apoio dos senadores Sérgio Machado (PSDB-CE), Pedro Piva (PSDB-SP), Jefferson Péres (PDT-AM) e do próprio relator na CI. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), falando pela liderança do governo, propôs acordo para que a proposta da Câmara fosse aprovada, em troca de apoio a futuras modificações.

## Cigarro para exportação pode ter venda proibida no país

O projeto de lei que proíbe a comercialização interna no país de cigarros e cervejas em lata destinados a exportação foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi



Roberto Requião, autor da proposta aprovada em caráter terminativo

aprovada em caráter terminativo, ou seja, segue diretamente para a apreciação na Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja votada no Plenário do Senado.

A proposta teve voto favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). Para possibilitar o controle da proibição, o texto determina que as embalagens desses produtos terão tarja vermelha com a inscrição em letras verdes (ou vice-versa) da frase "Produto para exportação, venda proibida no Brasil".

Ao justificar o projeto em reunião anterior da CAE, Requião afirmou que a tarja já é obrigatória para produtos destinados a países latino-ame-

ricanos e do Caribe. Porém, essa obrigatoriedade é driblada com a exportação de produtos para a Europa, via Argentina. O senador afirmou que esses produtos nunca saem do continente, retornando para venda clandestina no Brasil via Paraguai. O autor da proposta afirmou

que, para consumir todos os cigarros que importa, cada paraguaio – inclusive crianças – teria de consumir um cigarro a cada 20 minutos.

Na justificativa ao projeto, Requião explica que, ao serem produzidos para exportação, esses produtos ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No caso dos cigarros, as alíquotas incidentes são de 330% e 25%, respectivamente. A CAE aprovou emenda do relator ao projeto, determinando que a lei entrará em vigor 120 dias após sua publicação, e não 30 dias, como previa a proposta original.

### AUDIÊNCIAS PREVISTAS

#### AUTORIDADES

Presidente do Banco Central, Armínio Fraga  
Ministro da Fazenda, Pedro Malan  
Deputado Delfim Netto (PPB-SP)

#### ESPECIALISTAS NACIONAIS

Economista Fernão Bracher  
Economista Paulo Nogueira Batista Jr.  
Economista Luiz Gonzaga Belluzzo

#### ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS

Rudiger Dornbusch  
Guillermo Calvo  
Paul Krugman



Os integrantes da Comissão de Educação terão mais tempo para analisar o projeto que previne o uso de drogas e reprime o narcotráfico

## CE decide aprofundar o debate sobre nova legislação de drogas

O presidente da Comissão de Educação, senador Freitas Neto (PFL-PI), acolheu pedido coletivo e concedeu vistas ao projeto de lei da Câmara que trata de prevenção ao uso de drogas e da repressão ao tráfico. Assim, a matéria só voltará a ser discutida em agosto, após o recesso parlamentar de julho.

A proposta impõe mais rigor nas penas a serem aplicadas aos traficantes e maiores cuidados no tratamento aos usuários de drogas. An-

tes de começar a apresentar seu substitutivo, o relator Artur da Távola (PSDB-RJ) solicitou a contribuição dos senadores para aprimorar o projeto.

Romeu Tuma (PFL-SP) chegou a propor que o projeto fosse sobrestado para que fosse melhor discutido. E se comprometeu a entregar um estudo sobre os dois projetos que foram pensados, por tratarem do mesmo assunto, e receberam o substitutivo de Távola.

## Távola defende novos critérios para concessão de rádio e TV

Durante a reunião de ontem da Comissão de Educação (CE), o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) informou ao Plenário que apresentará projeto de resolução propondo novos critérios para análise, pelo Senado, dos pedidos de concessões para emissoras de rádio e TV.

Távola disse que as normas atuais colocam a tramitação dos projetos de decreto legislativo no Senado como meras formalidades. A Constituição prevê a instalação do Conselho Nacional de Comunicação. O projeto estabelecerá critérios e requisitos para a programação das estações, bem como sobre sua terceirização, até que o órgão seja implantado.

— É preciso que se discipline a prática do aluguel das rádios. Atualmente, há muitas estações que alugam seus horários sem nenhum critério, inclusive esquecendo que se trata de um tipo de concessão que o Estado realiza, com a expectativa da contrapartida pelos serviços prestados.

A CE aprovou a renovação da concessão da Super Rádio DM, de Domingos Martins (ES); da Fundação Sara Nossa Terra, em Angra dos Reis (RJ); da Sociedade Rádio Emissora Metropolitana, da cidade do Rio de Janeiro; da Rádio FM Miragui,

no município do mesmo nome (RN); da Rádio Alvorada FM, em Salinas (MG); e da Rádio Mutum, em Nova Mutum (MT). Também foi aprovado ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação, em Touros (RN); permissão à Paranã FM, em Ribamar (MA); e permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda, em Barra do Garças (MT).

Com parecer favorável de Gerson Camata (PMDB-ES), a CE acolheu ato que interrompe a concessão outorgada à Brumado Radiodifusão Sertaneja, em Brumado (BA). O exame da documentação demonstra que estavam vencidos todos os prazos de vigência da outorga, explicou Camata.

### HOMENAGENS

A CE aprovou ainda, em caráter terminativo, projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que dá o nome do ex-governador Jorge Teixeira de Oliveira ao aeroporto de Porto Velho.

Foi aprovado parecer contrário de Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto de Luiz Estevão (PMDB-DF) que dá o nome de Israel Pinheiro à 3ª ponte sobre o lago Paranoá. Segundo Francelino, a matéria trata de assunto que só pode ser deliberado pela Câmara Legislativa do DF.



Artur da Távola

# CAS acata ampliação do direito de defesa para menor infrator

Projeto assegura a presença de advogado ou defensor público quando o acusado for ouvido pelo Ministério Público sobre crimes a ele imputados

## CMO pode apreciar hoje substitutivo à LDO para 2001

A Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização reúne-se novamente hoje, a partir das 10 horas, para discutir e, provavelmente, votar o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE), ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001. A reunião de ontem à noite foi suspensa para que os líderes partidários buscassem um acordo sobre a matéria.

De acordo com o coordenador do governo na comissão, deputado Alberto Goldmann (PSDB-SP), os líderes discutirão o substitutivo em reunião prevista para as 11 horas. E, como o Senado estará reunido pela manhã para avaliar o pedido de cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), a discussão do projeto da LDO pode ser transferida para a tarde.

## CRE aprova indicado para embaixada em Malauí

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o nome de Ricardo Luiz Vianna de Carvalho para o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Malauí, cumulativamente com o mesmo cargo na República do Zimbábue.

Conforme informações do Itamaraty, o Malauí é um país africano que faz fronteira com Moçambique, o que cria alguma aproximação com a língua portuguesa e com o Brasil. Os contatos das autoridades do Malauí com o Brasil têm se limitado, até hoje, ao âmbito das Nações Unidas, onde manifestaram interesse em ver ampliados até o seu país os programas de cooperação que o Brasil mantém com Moçambique.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou ontem projeto que garante a todo adolescente infrator o direito de ter um advogado ou defensor público, quando for ouvido pelo Ministério Público no procedimento de apuração de crimes a ele atribuídos. De acordo com a proposta, de autoria da deputada Luíza Erundina (PSB-SP), a defesa será nomeada previamente pelo juiz da infância e da juventude ou pelo juiz que esteja exercendo essa função.

O projeto altera dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de assegurar ao menor infrator ampla defesa, como explica a relatora da matéria na comissão, senadora



Emilia Fernandes relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais

Emilia Fernandes (PDT-RS). Caso não seja cumprida a exigência, prevê o projeto, o processo não poderá prosseguir.

Emilia considera inaceitável que se inicie um processo na ausência de um advogado ou de um defensor. Ela entende que tal procedi-

mento é ilegal, não se encaixando dentro dos preceitos legais, razão pela qual acredita que também o Plenário do Senado irá acolher a proposição.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Moreira Mendes (PFL-RO), Ribamar Fiquene (PFL-MA), Geraldo Althoff (PFL-SC) e José Alencar (PMDB-MG) enaltecem a aprovação do projeto. Todos destacaram o direito dos menores infratores à plena cidadania.

## Osmar Dias anuncia esforço concentrado no mês de agosto

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), anunciou a realização de um esforço concentrado nos dias 2 e 10 de agosto para que sejam apreciadas todas as matérias que aguardam deliberação na comissão. Segundo ele, a ideia é "limpar a pauta" antes das eleições municipais de outubro.

A CAS realizará quatro audiências públicas destinadas a instruir processos em tramitação na comissão. Entre os convidados está o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianoto, que falará sobre a duração máxima da jornada de trabalho. O requerimento é de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Em outra audiência, está prevista a presença do diretor-geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Reginaldo dos Santos. Ele será ouvido sobre a política espacial brasileira, por solicitação de Heloísa Helena (PT-AL). O presidente da Sociedade Brasileira de Genética, João Stenghel Morgante, também irá



O senador Osmar Dias (na foto, ao lado de Heloísa Helena) quer "limpar a pauta" da CAS, comissão que ele preside

comparecer à CAS para abordar o tema "reprodução assistida". O autor do convite é Tião Viana (PT-AC).

A comissão também deverá ouvir Wanda Engel Aduan, secretária nacional de Assistência Social; Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil; Rita Camata, deputada federal; e Maria Helena Ruy Ferreira, secretária do Trabalho e Ação Social do Espírito Santo, que falarão sobre a estratégia de prevenção de violência em grupos de jovens em situação de risco social. O requerimento é do senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

A secretaria da comissão informa que os dias para a realização das audiências ainda serão marcados.



# Caminhoneiro denuncia conluio para o roubo de cargas

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ouviu três depoimentos. Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil diz que esse tipo de crime se tornou “uma chaga”, obrigando o órgão a reduzir drasticamente sua atuação no setor

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura o crescimento do roubo de cargas ouviu ontem o depoimento do presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos, José da Fonseca Lopes. Ele denunciou um conluio entre policiais rodoviários, transportadoras, distribuidoras de combustíveis e empresas comerciais no roubo de cargas, e apontou os nomes de quatro empresas transportadoras – Rojão, Nascar, Petrosul e Petroforte – que estariam envolvidas no roubo de mercadorias e sonegação de impostos. Acrescentou que já havia denunciado essas empresas à CPI do Combustível, da Assembléia Legislativa de São Paulo.

José Lopes pediu que a segunda parte de seu depoimento fosse tomada em sessão secreta, pois iria fornecer nomes e dados confidenciais de outras empresas e pessoas diretamente ligadas ao roubo de cargas no país.

Já o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Demóstenes Madureira de Pinho Filho, informou à comissão que o órgão vem



Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pelo senador Romeu Tuma, recebeu representantes de caminhoneiros e do setor de seguros

reduzindo sua participação no mercado de resseguros de cargas, principalmente as de eletroeletrônicos, remédios e cigarros. Conforme o presidente do IRB, a participação do instituto diminuiu drasticamente, de 300% em 1994 para 3% neste ano, devido ao encarecimento das coberturas e aos altos custos de gerência e operacionalidade envolvendo o roubo de cargas. “O roubo é uma chaga no Brasil”, observou Demóstenes Madureira.

O vice-presidente técnico da SulAmérica Seguros, Ivan Gonçal-

ves Passos, informou à CPI que só em 1999 foram registrados cinco mil roubos de carga, causando um prejuízo de R\$ 380 milhões. A maioria das ocorrências é registrada em São Paulo, com 76%, e no Rio de Janeiro, com 18%, acrescentou.

Na mesma reunião, a comissão aprovou, entre outros requerimentos, o do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) para que a CPI faça diligências no Maranhão, onde, recentemente, foram presas em flagrante várias pessoas envolvidas no roubo de cargas e de dois caminhões.

## Zoneamento Ecológico-Econômico ajuda a construir desenvolvimento, diz Sarney Filho

Durante a abertura do *workshop* que discute os dez anos de criação do programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse que todo o trabalho está voltado para aproximar o ecológico do econômico e para a construção do desenvolvimento sustentável do país. Ele chamou a atenção para a inclusão do programa no Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2000 a 2003.

– O PPA é promotor da sustentabilidade e o programa Brasil em Ação já traz esse conceito incorporado – afirmou Sarney Filho.

Segundo o secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Sérgio Braga, o PPA destina um total de R\$ 350 milhões para o programa. Desse total, 45% virão do



O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, defendeu a aproximação “do ecológico com o econômico”

Tesouro Nacional e o restante de empréstimos.

Braga explicou que os ZEEs são um instrumento para racionalizar as ocupações do espaço e para redirecionamento econômico, segundo as características de cada região. “A finalidade do ZEE é dotar o governo de bases técnicas para a definição de políticas públicas visando à ordenação do território”, disse. Segundo ele, apenas 11% do território brasileiro foram zoneados até agora e a prioridade é a Amazônia.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) representou o Senado na abertura do *workshop*. Na ocasião, a representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Adélia Japiassu, afirmou que as ZEEs são um instrumento fundamental para racionalizar a ocupação do Brasil. O representante do Ministério de Minas e Energia, Luciano de Freitas Borges, destacou que o zoneamento ecológico-econômico será útil para aproveitar as potencialidades das regiões. “O desenvolvimento sustentável é o nosso legado para as gerações futuras”, frisou.

Já o representante do Ministério da Integração Nacional, Antônio Cerqueira Antunes, apontou a importância da criação de estruturas produtivas dinâmicas, com capacidade de adaptação às mudanças. “Parceria e articulação são os lemas do ministério”, afirmou.

A representante da Divisão de Economia e Controle Florestal do Instituto Estadual de Florestas, Sabina Campagnani, analisou a participação do governo estadual na implantação da ZEE no Rio de Janeiro.

## Brasileiros vencedores do século 20 recebem homenagem de revista

Em solenidade realizada na noite de ontem, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima (Senado Galeria), 20 personalidades que se destacaram no século 20, em diversos campos de conhecimento, foram homenageadas com o lançamento do encarte *20 Brasileiros Vencedores do Século 20*, da revista *Inside Brasil*. A iniciativa foi da Secretaria de Comunicação Social do Senado e do projeto Personalidades Patrióticas Empreendedoras.

Idealizador da homenagem, o engenheiro Roberto Farias revelou que, para viabilizar seu projeto, foram necessários 30 meses de viagens, entrevistas, e-mails, telefonemas e faxes. Ele fez menções especiais a alguns dos homenageados: Antonio Carlos Magalhães (“cinco décadas de vida pública com coerência”), Chico Anísio (“meio século de sucessos”), Aldemir Martins (“centenas de telas”), dom Paulo Evaristo Arns (“exemplo religioso”) e Mauro Salles (“maior nome da publicidade brasileira

no século”).

Em nome dos homenageados, o humorista Chico Anísio manifestou seu orgulho em representar tantos brasileiros que ajudaram a construir a história do país. Ele referiu-se a cada uma das personalidades que figuraram entre os “20 Brasileiros Vencedores do Século XX”. Entre eles, tratou Roberto Marinho como “o melhor patrão”, Fernanda Montenegro como “acima do bem e do mal”, Roberto Campos como “cultura especial” e Roberto Carlos como “meu rei, meu ídolo e meu amigo”.

Figuram no encarte da revista *Inside Brasil*: Adib Jatene, Aldemir Martins, Antonio Carlos Magalhães, Antonio Ermírio de Moraes, Barbosa Lima Sobrinho, Chico Anísio, dom Paulo Evaristo Arns, Emerson Fittipaldi, Evandro Lins e Silva, Fernanda Montenegro, Ivo Pitanguy, João Havelange, Jorge Amado, Mauro Salles, Oscar Niemeyer, Pelé, Rachel de Queiroz, Roberto Campos, Roberto Carlos e Roberto Marinho.



Presidente do Senado foi um dos homenageados com o lançamento do encarte *20 Brasileiros Vencedores do Século 20*

### Para Antonio Carlos, “é um estímulo”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, um dos homenageados com o lançamento do encarte *20 Brasileiros Vencedores do Século 20*, da revista *Inside Brasil*, declarou que se sente estimulado a continuar trabalhando.

– Posso até estar imerecidamente entre os 20, mas é um estímulo para todos que foram agraciados. Isto é a melhor comenda que se pode ter. Então, vou continuar trabalhando pelo país, pelo Estado e pelo Legislativo. Estou muito feliz e estimulado para trabalhar – declarou o senador.



O Plenário comemorou ontem o centenário de nascimento do educador baiano Anísio Teixeira. Um dos autores da homenagem, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que o educador foi injustiçado em vida, apesar de ter sido “o homem mais inteligente de sua época”. Os parlamentares destacaram sua obra e a influência que teve na organização da educação brasileira, especialmente a primária. O ministro da Saúde, José Serra, também participou da homenagem.

## Senado homenageia centenário de Anísio Teixeira

Todas as idéias modernas em educação que se discutem hoje já haviam sido lançadas por Anísio Teixeira há pelo menos 50 anos, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) durante a sessão em homenagem ao educador baiano, cujo centenário de nascimento será comemorado em 12 de julho. O presidente do Senado fez um relato das realizações de Anísio Teixeira em prol da educação em tempo integral.

— Foi na Bahia que nasceu a escola-parque, um conceito inovador de ensino que consagrou a escola em tempo integral. Ele era um gênio, certamente o homem mais inteligente de sua época. Em todos os cargos que exerceu, e foram muitos, Anísio sempre se destacou e inovou. Num país mais justo do que o Brasil, ele teria sido pelo menos ministro da Educação — disse.

Na opinião de ACM, o país deveria prestar mais homenagens ao educador, que segundo ele foi injustiçado em vida “por causa da inveja dos incapazes”. Ao observar que durante a homenagem a galeria do Senado estava repleta de crianças em idade escolar, o senador afirmou que essa presença não era coincidência, mas um reconhecimento do trabalho incansável de Anísio em prol de uma educação de melhor qualidade, que “hoje, finalmente, os estudantes brasileiros estão recebendo”.

### Paulo Souto ressalta visão democrática

O senador Paulo Souto (PFL-BA) lembrou ontem em Plenário a importância da visão democrática do professor Anísio Teixeira, que em 12 de julho faria 100 anos. O parlamentar discursou durante homenagem ao centenário do educador, realizada durante a primeira hora do expediente. Para Anísio, disse Souto, a democracia é o sistema político mais difícil, mas “por isso mesmo o mais humano e o mais rico”. A educação, também defendia o educador, deve atingir a todos com o objetivo de formar cidadãos livres e responsáveis.

O senador citou uma afirmação do educador baiano durante debate sobre orçamento público na Assembleia Constituinte baiana, em 1947: “A justiça social, por exce-



A sessão em homenagem ao educador reuniu no Plenário parlamentares de vários partidos

### Távola destaca ideais republicanos do educador

A homenagem ao centenário de nascimento do educador Anísio Teixeira foi proposta pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Artur da Távola (PSDB-RJ), Djalma Bessa (PFL-BA), Paulo Souto (PFL-BA), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Carlos Patrocínio (PFL-TO). O professor baiano é considerado o pioneiro no Brasil da educação em tempo integral. A solenidade teve a presença do ministro da Saúde, José Serra.

Ao discursar na homenagem, o senador Artur da Távola lembrou a luta de Anísio pelos ideais republicanos e democráticos e sua convicção



Távola: educador foi amante do debate

de que a educação seria o grande elemento para transformar a sociedade, criando uma verdadeira soberania popular. Era esse o motivo pelo qual ele atribuía maior importância ao ensino primário do que ao universitário, explicou o senador.

Segundo Távola, Anísio acreditava que a escola não deveria ser um simples prédio onde se acumulam crianças, mas sobretudo um lugar para se pensar com grandeza, capaz de criar o homem inteligente e apto para compreender o mundo e a sociedade. “A revolução não se faz com o socialismo, mas através da democracia”, disse o se-

nador citando Anísio Teixeira.

O senador citou como as maiores contribuições de Anísio Teixeira à educação brasileira sua ênfase na pesquisa como parte da educação. “Grande defensor da ciência e tecnologia, afirmava que, se o Brasil não se entrosasse na busca tecnológica, iria ficar para trás. Foi profético, porque foi exatamente isso que aconteceu”, concluiu Távola.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou não haver setor da educação no Brasil que não tenha recebido boas influências de Anísio Teixeira. Também em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o país seria hoje uma potência mundial se, à época, tivesse seguido as idéias do educador.



Para Paulo Souto, Anísio era homem de ação

Em b o r a fosse um intelectual, Anísio soube realizar o que pregava, tendo sido responsável pela criação de inúmeros cursos e pela construção de milhares de escolas e duas universidades. Afastado temporariamente de sua atividade por motivos políticos, também mostrou-se competente como empresário, atuando na área da exploração mineral.

— Ele sonhou com uma escola que não apenas ensinasse a ler, mas que educasse, formasse hábitos e atitudes — disse o senador.

### Para Alcântara, influência pode ser verificada ainda hoje

As idéias de Anísio Teixeira foram concretizadas em obras fundamentais à integração do país à civilização letrada, muitas delas presentes em contribuições que até hoje orientam a



Alcântara mostra o idealismo do educador

educação nacional, avaliou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) durante a sessão em homenagem ao educador baiano. O parlamentar exemplificou essa influência com a obrigatoriedade de aplicação de um percentual orçamentário na área de educação, o reconhecimento da autonomia local e a valorização do planejamento educacional, com suas etapas de diagnóstico e elaboração de diretrizes e prioridades.

— Outra concepção educacional de inspiração no pensamento de Anísio é a escola em tempo integral, idéia tão explorada nos Cieps, Ciacs e Caics de nosso tempo — acrescentou.

Pensador e gestor de instituições educacionais, Anísio Teixeira deixou um legado, na opinião de Alcântara, às instituições em que trabalhou: o mesmo idealismo, entusiasmo e capacidade com que sobreviveu a várias adversidades. “É o caso do Inep, da Capes e da UnB, que, não obstante as dificuldades enfrentadas, continuam a prestar relevantes serviços à educação brasileira”, afirmou.

O senador afirmou que Anísio Teixeira foi “o mais injustiçado de nossos educadores”, por ser incompreendido em relação a suas idéias. Foi assim, disse, quando, após a Revolução de 30, Anísio Teixeira assumiu o cargo de diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal e, renunciando o Estado Novo, teve seu afastamento pedido por grupos católicos, que classificavam suas idéias de esquerdistas.

## Suplicy elogia luta para reduzir as desigualdades

A luta de Anísio Teixeira pela democratização da educação como forma de diminuir as desigualdades sociais foi ressaltada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), durante a homenagem prestada ontem. Ele lembrou que, já no início da década de 30, Anísio, junto com Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, escreveu o *Manifesto dos Pioneiros*, defendendo a socialização do uso da técnica e da ciência em benefício do bem-estar de toda a sociedade, preocupado com a harmonização dos interesses individuais e coletivos e com o aumento da produtividade.

Anísio Teixeira acreditava que a escola teria uma função "salvadora" das populações carentes, diminuindo as desigualdades sociais, afirmou Suplicy.

O senador destacou também a luta do educador "contra a dicotomia entre o ensino propedêutico (para os ricos) e o profissionalizante (para os pobres), contra a histórica divisão feita pela educação da colônia entre o pensar e o fazer". A equivalência, acrescentou, foi formalmente conquistada no início da década de 50 e, hoje, perdida formalmente pelo Decreto 2.208/96, que propõe a reforma da educação

profissional no país.

— Se nosso querido educador ainda fosse vivo, com certeza estaria protestando contra o divórcio que a lei educacional brasileira promove, aprofundando a divisão entre a formação geral e a formação profissionalizante, fugindo da perspectiva de uma educação integral e abrangente para pobres e ricos, divergindo,

inclusive, do novo perfil de qualificação exigido hoje para que o trabalhador tenha mais instrumentos na luta por sua inserção no mundo do trabalho — disse Suplicy.

O senador observou que, também na década de 30, Anísio Teixeira denunciava as injustiças sociais como responsáveis

pelo desempenho desigual na escola. Ele citou trecho do livro *Educação para a Democracia* e frisou que a melhor homenagem que se pode prestar a Anísio Teixeira é manter vivo o seu pensamento e a sua defesa do acesso de toda a população a uma educação de qualidade, hoje reconhecido como um dos direitos fundamentais da pessoa humana.



## Arruda recorda projeto para educação em Brasília

Durante a comemoração do centenário de nascimento do professor Anísio Teixeira, o senador José

Roberto Arruda (PSDB-DF) ressaltou a contribuição do educador na formação básica de um sistema educacional moderno para Brasília, na época da fundação da nova capital do país. Ele destacou sobretudo a idéia das escolas-parque (em tempo integral e com atividades de lazer e cultura) e da Universidade de Brasília (UnB), "que até hoje tem o sentimento de liberdade herdado da personalidade e inteligência de Anísio Teixeira".

Arruda registrou que, na época da construção de Brasília, Anísio Teixeira foi chamado por outros idealistas, como Darcy Ribeiro e Pompeu de Souza, para formular um projeto educacional para a nova capital. Segundo o senador, os idealistas do Distrito Federal achavam que Brasília não deveria ser considerada nova apenas pela sua arquitetura, pelo seu projeto urbanístico ou por ser planejada com a

incumbência de interiorizar o desenvolvimento do país, mas deveria ter um novo modelo de educação para servir de base para uma nova civilização.

— Talvez só Brasília pudesse ser palco da criação diferenciada que Anísio Teixeira projetou para a educação, porque aqui era possível criar e sonhar, as utopias ganhavam um tom de realidade, os sonhos todos de uma geração de brasileiros se materializavam a partir do instante em que prédios eram construídos. A cidade foi o grande laboratório das idéias revolucionárias de Anísio Teixeira — afirmou o senador.

Citando Darcy Ribeiro e Pompeu de Souza, Arruda disse que Anísio Teixeira foi o líder maior do movimento de mudança que priorizou a educação em Brasília. "Vários educadores reconhecem a liderança intelectual de Anísio." Ele lembrou que a UnB, que por dois anos seguidos foi considerada pelo Ministério da Educação a melhor universidade do país, é um reflexo dos ideais de Anísio Teixeira.

## Ronaldo aponta contribuições de Anísio em diversas áreas

Celebrando o centenário de nascimento de Anísio Teixeira, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) enalteceu a contribuição do educador baiano ao país, tanto no campo educacional quanto nas áreas da Filosofia e da cultura.

Ronaldo Cunha Lima analisou um dos aspectos teóricos defendidos por Anísio, que preconizava a necessidade de que o conhecimento fosse sistematizado e transmitido sem prejudicar os elementos fornecidos pela cultura. "Isso porque a educação transmite, mas é a cultura que cria", explicou.

Com esse ponto de vista, afirmou Ronaldo Cunha Lima, o educador advertia para a importância de que o planejamento das áreas educacional e cultural fosse permeado por uma visão de futuro, ressaltando sempre o caráter político contido em cada decisão sobre o tema. O senador também elogiou o trabalho de Anísio para o enriquecimento dos currículos escolares e a especialização dos professores primários.



Ronaldo destaca preocupação com a "visão de futuro"



Para Suplicy, a melhor homenagem é manter vivo o pensamento de Anísio



Arruda lembrou que a UnB é um reflexo dos ideais de Anísio

## TV Senado debate endividamento agrícola

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) e o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Dejandir Dalpasquale, são os convidados do programa *Debate*, da TV Senado, que discute hoje o endividamento do setor agrícola. O programa vai ao ar às 13h30.

Como ministro da Agricultura, Porto promoveu os entendimentos para securitização das dívidas de mais de 350 mil produtores rurais.

## Alencar fala sobre mudança na Lei Kandir

O projeto que reduz as perdas de receitas de estados relativas ao ICMS em decorrência da Lei Kandir, que isentou do imposto os produtos destinados a exportação, é o tema da entrevista com o senador José Alencar (PMDB-MG), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

A entrevista vai ao ar pela TV Senado hoje, às 7h30.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

#### HOJE

1h — *Debate*: Sen. Arlindo Porto e o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Dejandir Dalpasquale, sobre o endividamento do setor agrícola  
2h — *Saúde/Unip*: Medicina do esporte — 3ª parte  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Belém  
3h30 — *Entrevista*: Sen. José Alencar fala sobre a Lei Kandir  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Saúde/Unip*: Medicina do esporte — 3ª parte  
5h — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis  
6h — *Saúde/Unip*: Medicina do esporte — 3ª parte  
6h30 — *Debate*: Sen. Arlindo Porto e o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Dejandir Dalpasquale, sobre o endividamento do setor agrícola  
7h30 — *Entrevista*: Sen. José Alencar fala sobre a Lei Kandir  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
9h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)  
Logo após — CPI Roubo de Cargas (gravado)  
13h30 — *Debate*: Sen. Arlindo Porto e o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Dejandir Dalpasquale, sobre o endividamento do setor agrícola

14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira  
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — MP dos Fundos Constitucionais (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

#### Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

#### Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Emilia quer uma nova política brasileira para Coréia do Norte

Na condição de presidente do Grupo Parlamentar Brasil-República Democrática e Popular da Coréia, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) saudou ontem o encontro dos líderes Kim Dae Jung e Kim Jong Il, ocorrido dia 13, com o objetivo de reunificar as duas Coréias, e disse que está na hora de o Brasil rever sua posição em relação à Coréia do Norte, estabelecendo relações em todos os níveis. A senadora anunciou também que irá apresentar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional moção de aplauso ao fato histórico, como “contribuição da Casa ao processo de reunificação do povo coreano”.

— A ausência de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Democrática e Popular da Coréia é uma lacuna inexplicável de nossa política externa, que sempre foi marcada pelos princípios da independência e da auto-deter-



Emilia Fernandes

minação dos povos. Cabe suprir esse anacronismo fortemente influenciado pelas potências que insistem em moldar nossa política externa — disse.

Emilia lembrou que, no encontro dos líderes coreanos, foram encontradas soluções para questões humanitárias como as visitas das famílias separadas no Dia Nacional da Libera-

ção e a questão de prisioneiros comunistas no Sul. Eles abordaram também, informou a parlamentar, a questão da presença militar norte-americana no lado sul da fronteira e a necessidade de se derrubar o que representa o maior símbolo da divisão nacional: um muro de 240 quilômetros de extensão, dez metros de largura e cinco de altura, que corta o país ao meio.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o povo brasileiro recebe com regozijo esse esforço de reunificação dos dois países.

## Eduardo Suplicy registra prêmio concedido pela Fundação Abrinq

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou ontem a Fundação Abrinq pela premiação de cinco prefeituras com o título de *Prefeito Criança 2000*.

Segundo o senador, o prêmio é concedido aos prefeitos que mais se destacaram em seu compromisso com a infância e a juventude, por meio de ações como a redução da mortalidade infantil e materna, a democratização das políticas públicas de saúde e educação, a erradicação do analfabetismo e a adoção de programas de combate ao abuso sexual e à violência contra crianças.

Suplicy explicou que foram selecionados 20 municípios, sendo premiadas as cidades de Araxá (MG), Caarapó (MS), Camaragibe (PE), Porto Alegre (RS) e São Bernardo do Campo (SP). Segundo o senador, Araxá e Camaragibe por estarem recebendo o prêmio pelo segundo ano consecutivo.

# MP é modificada para atender deficientes, comunica Machado

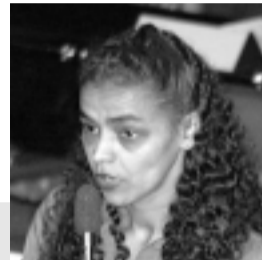
Critérios de isenção tributária na aquisição de carros destinados a portadores de deficiência mudam porque norma anterior era inócua

## Marina relata participação em encontro do Banco Mundial

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez um relato de sua participação na 6ª Conferência do Banco Mundial, realizada nos últimos dias 20 e 21 em Washington. No encontro, disse, foram apresentados vários painéis, sem que fosse aberto espaço para debater os proble-

mas de insegurança econômica dos países da América Latina e Caribe.

Ela disse que os painelistas enfatizaram a necessidade de proteger a rede social nesses países. E acrescentou que, em relatório recente, o próprio Banco Mundial aponta a diminuição da classe média. “Cheguei à conclusão de que já ampliamos tanto a pobreza que não



Marina: “A classe média está sendo puxada para perto da linha de pobreza”

tem mais como crescer. Hoje, a classe média está sendo puxada para perto da linha de pobreza, ou a pobreza está chegando na cerca viva da classe média”, afirmou.

Marina também registrou encontro com o presidente do Banco Mundial, James

Wolfensohn, quando apresentou projeto do governo do Acre que cria os Centros de Florestania. Eles levariam às populações da floresta os serviços prestados pelo estado, evitando deslocamentos e a migração dessas populações para as cidades. Segundo ela, o projeto é a base do desenvolvimento auto-sustentável do Acre.

O governo federal reeditou a medida provisória que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao uso de portadores de deficiência física, e reduz o Imposto de Importação para veículos semi-automáticos.

A informação foi dada ontem pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), salientando que a MP anterior não estava produzindo efeitos práticos por estabelecer que o benefício só poderia ser concedido na compra de automóveis semi-automáticos movidos a álcool, veículo não fabricado no Brasil.

— Essa exigência da medida provisória anterior criava um sério entrave, já que a lei estava sendo inócua para os deficientes físicos — explicou Sérgio Machado.

O senador disse que solicitou ao ministro da Casa Civil, Pedro Parente, especial atenção para corrigir a distorção.

Acrescentou que também pleiteou junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso que fossem efetuadas as correções necessárias para permitir aos portadores de deficiência física o benefício fiscal na aquisição de veículos novos semi-automáticos movidos por qualquer tipo de combustível. Sérgio Machado informou que a nova medida provisória foi publicada ontem.

— O governo federal mostrou-se sensível a esta justa reivindicação de milhares de deficientes de todo o país e vai, com a medida, tornar mais acessível um meio de transporte fundamental para esses brasileiros, que, privados pela natureza, têm agora a condição de adquirir um veículo adequado — completou.



Machado relatou seu esforço para conseguir a alteração promovida na nova versão da MP

## Exposição no Salão Negro deve atrair 40 mil pessoas até o final de julho

A exposição *Brasil – Memória e Futuro*, instalada no Salão Negro do Congresso como parte das comemorações pelos 500 anos de Descobrimto, deve atrair 40 mil pessoas até o final de julho. Diariamente, uma média de 300 pessoas, na maioria estudantes, tem visitado a área fechada de 255 metros quadrados, em formato circular, que reúne um acervo representativo dos principais momentos da história do país. Em sua parte externa, há um painel do artista plástico Clécio Penedo, que faz uma leitura contemporânea dos fatos e objetos históricos.

— O movimento tem ultrapassado em muito nossa previsão. A mostra é um sucesso, tanto de público, quanto do ponto de vista didático e histórico — afirma o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

Coordenada pelo arquiteto Carlos Antonelli Lacerda, do Museu Histórico Nacional, do Rio, a exposição proporciona ao visitante um passeio pela história do Brasil, divi-



Uma média de 300 pessoas por dia tem visitado a exposição, que marca os 500 anos do Descobrimto

dida em quatro módulos. São 138 peças, dispostas cronologicamente.

O primeiro módulo, composto por objetos indígenas, aborda os primórdios do país. O segundo percorre a fase do Descobrimto até a Independência, passando pela colonização, a expansão territorial, a mineração e os movimentos libertários. São expostos mapas, armas e objetos de mineração, incluindo lingotes de ouro.

O Brasil Império é representado no terceiro módulo. As vestes majestáticas e uma das coroas de dom Pedro II, emprestadas pelo Mu-

seu Imperial, de Petrópolis (RJ), estão entre os destaques. Também fazem parte desse núcleo a formação do Senado imperial, a Lei Áurea e a implantação da República, além da industrialização e o desenvolvimento do país.

Para a montagem do quarto módulo, a comissão responsável pelo evento — constituída por Agaciel Maia; pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro; pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita; e pelo diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Lacerda Medeiros — convidou o artista Marcelo Dantas, que assinou a exposição da Bienal de São Paulo sobre os 500 anos do Descobrimto. Dantas utilizou recursos de multimídia para falar das potencialidades de desenvolvimento do Brasil.